

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 514.072 - SP (2019/0161889-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : SERGIO MILIUNAS
ADVOGADO : LUIS RICARDO VASQUES DAVANZO - SP117043
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por **Sergio Miliunas**, contra decisão de minha lavra, em que indeferi liminarmente o *writ* impetrado em seu favor, ante a deficiente instrução. Eis a ementa (fl. 62):

PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO E EVASÃO DO LOCAL DO ACIDENTE. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. CÓPIAS DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À VERIFICAÇÃO DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. AUSÊNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE.

Inicial indeferida liminarmente.

Alega o agravante, em síntese, ofensa ao princípio da colegialidade, bem como que todos os documentos necessários à verificação da verossimilhança das alegações foram juntados.

Postula, ao final, o conhecimento e provimento do presente recurso, determinando-se o exame do *habeas corpus* impetrado.

É o relatório.

O presente recurso merece provimento, mas a liminar deve ser indeferida, por fundamento diverso.

Com efeito, a inicial do presente *habeas corpus* foi indeferida liminarmente, ante a deficiente instrução da impetração.

Agora, o agravante junta as peças indispensáveis à compreensão da controvérsia e pede a reconsideração da decisão agravada.

Ao que se tem, o impetrante alega excesso de prazo na tramitação do recurso

em sentido estrito interposto perante o Tribunal *a quo*, uma vez que, enquanto não preclusa a decisão de pronúncia, não pode a ação penal ter andamento regular, atrasando, por consequência, o julgamento do paciente pelo Tribunal do Júri.

Ocorre que, da análise do andamento processual juntado aos autos, observa-se que além de inexistir desídia do Tribunal de origem no impulsionamento do feito que ali tramita, o recurso foi julgado em agosto de 2018, estando o feito em trâmite em razão de embargos infringentes opostos pela defesa.

Em face do exposto, **conheço** do agravo e **dou-lhe provimento** para permitir o processamento do *writ*, mas **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, indagando se há previsão para o trânsito em julgado do recurso em sentido estrito.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator